



Vasco Cardoso,
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território – Linha Cidades, Competitividade e Bem-Estar e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Estudante de 3.º ciclo) ~ vcardoso@fba.up.pt

A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade?

Morfologia e Expansão Urbana

1. IntroduçãoAs infrutíferas iniciativas legislativas, de influência europeia, surgidas na sequência do “Inquérito Industrial” de 1881, entre 1883 e 1908, deixaram apontadas as opções que guiariam o necessário envolvimento da iniciativa pública no problema da habitação social. A iniciativa privada não conseguia responder ao problema, por desadequação entre a qualidade do investimento e a incapacidade dos destinatários, não se garantindo o retorno do investimento, face à concorrência do investimento em construção burguesa. As características tipo- -morfológicas esboçadas não só foram as adoptadas durante curta acção da Primeira República, mas, sobretudo, foram a matriz do principal programa do Estado Novo – O *Programa das Casas Económicas*, de 1933.

Face ao problema da insalubridade das *ilhas*, a Câmara Municipal do Porto tomou a responsabilidade de ser a primeira entidade pública a intervir na cidade, no sentido de procurar soluções de habitação económica salubre. Quando o Estado Novo começou o seu primeiro programa, já o município portuense tinha apontado outras opções morfológicas para a solução do problema habitacional da cidade – o bloco multifamiliar. Esta solução, desde há muito utilizada na restante Europa, só em meados do século XX colheu o reconhecimento e o apoio do Estado. O Porto condicionado, por um lado pelo financiamento estatal, por outro lado pelos baixos rendimentos característicos da maioria da população a quem se destinariam as habitações económicas, foi conduzindo uma acção experimental de busca por um modelo que conseguisse ser resposta, a par da intervenção do Estado com as suas *casas económicas*.

Em sincronia com a assunção estatal de que o bloco multifamiliar seria uma solução, a Câmara Municipal do Porto viu aprovado e financiado o seu Plano de Melhoramentos que durou 10 anos, de 1956 a 1966. Posteriormente, de 1966 a 1972 houve lugar à sua continuação.

No presente trabalho procurar-se-á indagar sobre as morfologias alcançadas na segunda fase do Plano de Melhoramentos, sobretudo no confronto com os bairros da primeira fase, com

um enfoque no território que se urbanizava e procurando campos de ruptura e/ou de continuidade. A proposta de análise terá como pano de fundo um trabalho laboratorial que foi tendo lugar dentro da Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos da Câmara Municipal do Porto, herança dos serviços predecessores e homólogos. À partida para a 1.^a fase do plano esse cadinho tinha produzido um modelo morfológico na esteira da Carta de Atenas e, durante a 2.^a fase, expôs outras influências reveladoras, em projecto e em obra, de uma crítica ao Movimento Moderno.

Esta análise poderá ser um ponto de partida para futura reflexão sobre as morfologias de habitação social surgidas já depois do 25 de Abril de 1974: a promoção estatal e o Fundo do Fomento da Habitação, o Instituto Nacional da Habitação e a promoção cooperativa, a promoção municipal e o Plano Especial de Realojamento e as Habitações a Custos Controlados.

2. Contexto O primeiro bloco de habitação social de iniciativa municipal no Porto existiu em projecto para o gaveto das ruas Barão de São Cosme e Joaquim António de Aguiar e foi aprovado a 8 de Abril de 1937, na Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Tinha sido considerado “um modelo e o ponto de partida”. Na sequência de pelo menos três décadas de estudo e experimentação, a Câmara Municipal do Porto tinha concluído que a solução bloco habitacional seria a melhor para o problema real do baixo rendimento das populações das *ilhas*. Aliás, esta opção tinha já encontrado defesa nas ideias anteriormente expressas por Caeiro da Matta, em 1909, e em práticas estrangeiras bem conhecidas. Para além da forma bloco, a edilidade apontava o terreno ocupado pelas *ilhas* como o local da implantação dos novos imóveis. Pretendia-se que este primeiro bloco multifamiliar fosse a solução, o modelo a reproduzir pelo território urbano da cidade do Porto.

Por insuficiência de área do terreno escolhido - sobrança da relação da urbanização do campo do Cirne com as preexistências -, este espaço seria preterido, a 1 de Julho, por um terreno próximo, com face para a rua Duque de Saldanha e inserido numa malha urbana consolidada, o qual viria a ser posteriormente expropriado. Foi na parte interior desses lotes que se construiu o Bloco Saldanha, em forma de U. Terminada a obra, logo se levantaram polémicas dentro do município sobre a exiguidade do espaço livre do lote e as implicações higienistas. A 13 Outubro de 1938, o vereador Dr. Albano de Magalhães defendia, em contraponto, a solução unifamiliar e oponha-se a um segundo bloco já projectado, desta feita a desenvolver em extensão e à face da rua. Mesmo com adversários internos, o município terminou o referido segundo bloco. À parte das polémicas internas, durante o processo que levou à sua construção, estes blocos tinham conseguido obter o título de *casas económicas*¹ e o financiamento estatal. Contudo, na conclusão desta experiência, o Estado resolveu fazer depender futuros apoios do abandono da forma bloco multifamiliar e da intenção de os implantar em território urbano consolidado. Os modelos definidos pelo Estado, quer no plano das *casas económicas*, quer, posteriormente, no plano das *casas para pobres*, foram os apontados como a opção. De facto, o município portuense retomou o tipo casa geminada em Rebordões, logo a seguir. Mas, em paralelo, voltou ao desenvolvimento de estudos e experiências construídas. Em consequência das quais, em 1956, os serviços camarários tinham definido três modelos de bloco habitacional, de autoria do arquitecto municipal Luís de Almeida d’Eça. Simultaneamente, conseguiram o financiamento do governo central que acabou por reconhecer a “*especificidade*” do Porto, tendo. Para o encerramento deste processo foram importantes as experiências do bairro de Alvalade,

1 A 28 de Outubro de 1937, informa o presidente que a Comissão de Casas Económicas, na sessão de 19 de Julho, tinha apreciado o projecto e concluído que esse respeitava os Decretos-lei n.º 16055 e n.º 16085. Assim, a referida entidade tinha decidido aceitar o pedido municipal de classificar as casas do bloco como “casas económicas” e para as quais já tinha sido concedida financiamento a 4 de Dezembro de 1937, pelo ofício n.º 75325, da Direcção Geral da Fazenda Pública.

em Lisboa, e depois o reconhecimento do sucesso do bairro Rainha D. Leonor, dos blocos da Corujeira e de S. João de Deus. Modelos e financiamento tornam possível a implementação do programa *Plano de Melhoramentos* – Decreto-lei 40616, de 28 de Maio de 1956.

Em 1964, o Estado reconhece o sucesso do Plano de Melhoramentos, prevendo investir na sua continuação por mais cinco anos. A segunda fase do plano avançava formalmente com o Decreto-lei n.º 47443, de 31 de Dezembro de 1966. No entanto, o país já não se encontrava na fase de crescimento económico dos anos 50. Viviam-se num contexto de guerra ultramarina, de crise económica e de falta de mão-de-obra e de matérias-primas. Na data prevista para a conclusão do plano, 31 de Dezembro de 1971, só estavam concluídos cerca de metade das 3000 habitações programadas. Apesar de muitas já estarem em projecto ou em obra, as moradias dos bairros do Aleixo e de Contumil só ficaram concluídas após o 25 de Abril (Gross, 1982). O caminho experimental trilhado pelos serviços municipais conduziu às profundas melhorias introduzidas durante a segunda fase do plano, mas também ao menor número de habitações construídas. Assim, aquelas poderão perfilar-se como um possível factor da causa dos atrasos.

CRONOLOGIA_BAIRROS_Plano de Melhoramentos_1.ª e 2.ª fases

Baseado no doc. DMESG 10715, da CMP, em cujas últimas páginas estão datadas de 1970.

1. FASE	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
Bom Sucesso																					
Pio XII																					
Carvalhido																					
Pasteleira																					
Outeiro/Outeiro Ampliação																					
Agra do Amial																					
Carrical																					
S. Roque/Machado Vaz																					
Fernão de Magalhães																					
Fonte da Moura																					
Cerco do Porto																					
Regado																					
Campinas																					
2. FASE	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
Francos																					
S. João de Deus/Ampliação																					
Aldoar																					
Lordelo																					
Monte da Bela																					
Falcão (referem que se registavam atrasos na obra)																					
Lagarteiro																					
Bom Pastor																					
Aleixo																					
Contumil																					

Duração da obra - DMESG 10715

Ano previsto para a conclusão da obra - DMESG 10715

Duração da obra - GROS, Marielle Christine (1982), *O alojamento Social sob o Fascismo, Afrontamento*, Porto, p. 201



3. Localização e implantação dos bairros

A morfologia dos conjuntos de blocos – os *grupos de moradias populares* – saída do Plano de Melhoramentos, iria marcar fortemente a morfologia urbana do território que à época se urbanizava (Pereira de Oliveira, 2007)²: as “freguesias mais exteriores”³ (excepção da Foz do Douro e Nevogilde) (Cardoso, 1990).

Numa entrevista⁴, Salazar justificava a opção de localizar os novos assentamentos de habitação social nos terrenos livres das periferias próximas aos centros urbanos das cidades.

2 Posteriormente, também é referido que “A expansão desta tipologia marca profundamente a imagem da cidade actual e seus arredores” (CARDOSO, 1990).

3 O espaço é denominado de “green belt” por ser “um arco praticamente livre de ocupação construtiva, que, entre o centro e a periferia [referindo-se ao território da Área Metropolitana do Porto], foi como que ultrapassado no crescimento da população e das actividades não-rurais nos concelhos envolventes do Porto”, salvaguardando que esse arco era atravessado pelos “prolongamentos radiais, suportados nas estradas de implantação antiga”.

4 “...Luta-se com uma dificuldade enorme, a dos terrenos. As vereações municipais não pensaram em conservar para si, ao abrirem-se os novos bairros citadinos, terrenos que mais tarde seriam utilizados conforme as necessidades

Não existiam reservas de terrenos municipais (Baptista, 1999) e os terrenos indicados seriam os de preço mais favorável para expropriar. Por um lado, os terrenos centrais onde se localizava a maior parte das *ilhas* interessavam à iniciativa privada (Gross, 1982). E, ainda, pretendia-se que os assentamentos destas iniciativas públicas de habitação social fossem motores do crescimento e urbanização dos territórios rurais das cidades, em especial do Porto e de Lisboa. De facto, o *Plano de Melhoramentos* tinha encontrado no plano de urbanização - *Plano Regulador*, de Antão de Almeida Garrett, entregue em 1952 e aprovado em 1954 - o instrumento estruturador que apontaria os usos dos terrenos. Seria o instrumento legal a guiar a implantação dos conjuntos de blocos multifamiliares.

O *Plano Regulador* definiu o conceito de *unidades*, a instalar de acordo com uma hierarquização funcional do território em *zoning*, limitadas e acedidas por uma hierarquia de *vias* que as serviriam. Estas *unidades de vizinhança* deveriam assegurar uma *granulometria social*⁵ equilibrada (fenómeno também designado por “Razoável doseamento das várias classes sociais” (Santos, 1967), ou áreas “sem diferenciações sociais” (Rezende, 1952), ou ainda (Távora, 1967) “desejável mescla demográfica”) de modo a que, por extensão, o mesmo se viesse a verificar no restante território, como era indicação do Estado Novo. Não estavam em causa preocupações de bem-estar social (Gross, 1982 e Baptista, 1999), mas a preocupação com o controlo de qualquer possível conflito social e com a consequente educação cívica das populações economicamente desfavorecidas, que se viam, frequentemente, associadas à imagem de pessoas moralmente diminuídas⁶.

De facto, verificou-se o extremo cuidado no respeito pela *granulometria social*, ao implantarem contiguamente os *grupos de moradias populares* aos bairros de *casas económicas*⁷ (DMESG - 2311, 1958 e DMESG – 2396, 1959). Por outro lado, a contiguidade trazia benefícios no aproveitamento de infra-estruturação existente. Esta economia justificou também a implantação de outros bairros do *Plano de Melhoramentos* em novas *zonas* que recebiam *plano local de urbanização*⁸ (Garrett, 1952), integrando-os naquele esforço de urbanização.

No entanto, “a política de construção de habitações em execução do Decreto-lei n.º 40616, depressa obrigou o Gabinete de Urbanização a rever algumas operações previstas no Plano Regulador” (Garrett, 1974). Foram as características da forma e localização dos terrenos para bairros, e a já referida necessidade de garantir “terrenos compráveis para o efeito da implantação

sociais o exigissem. Daí encontramos agora em dificuldades terríveis para localizar os bairros económicos (...). Nas proximidades das cidades, terrenos próprios para os referidos bairros só podem obter-se a peso de ouro. Fica o recurso de irmos edificar mais longe. (...) - Entrevista de Salazar ao jornal *O Século* – Boletim do INTP, Ano II, nº7, 28/2/1935:172.

5 O termo aparece nas Memórias Descritivas e Justificativas dos projectos dos bairros e em documentos anteriores saídos da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. No Plano Regulador exemplifica-se: “Numa aldeia, os senhores são como que protectores materiais dos mais necessitados que sabem ter neles um amparo – e os primeiros se sentem moralmente a isso obrigados.” (GARRETT, 1952).

6 Por exemplo, em DMESG - 2321, 1964-1965, referem-se às pessoas de etnia cigana como pessoas de “baixo nível económico, social e até moral dos agregados a alojar terá de condicionar por força as habitações a distribuir-lhes”.

7 “Vai este aglomerado destinado às classes menos favorecidas situar-se na vizinhança do Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral, ocupando o interior do quarteirão limitado pelas Ruas de Belem, de Nau Vitória, da Nau S. Gabriel e de S.º António de Contumil, arruamentos onde já existe número apreciável de moradias da classe média e onde se projecta edificar com idêntica finalidade nas faixas que lhe estão destinadas. Deste modo se atingirá a desejada granulometria de população neste sector da cidade.” Ou ainda: “Ficará situado junto do Bairro das Casas Económicas de S. Roque da Lameira e muito próximo do Bairro do Ilhéu, da mesma natureza do antecedente. Desta contiguidade resultará desejável doseamento de população com benefícios de carácter social correspondente.”

8 Planos a escala mais fina e a “elaborar segundo as oportunidades”.

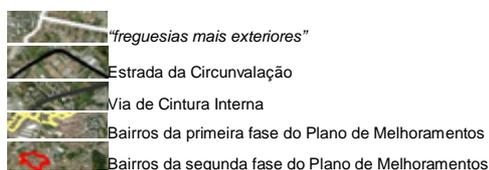
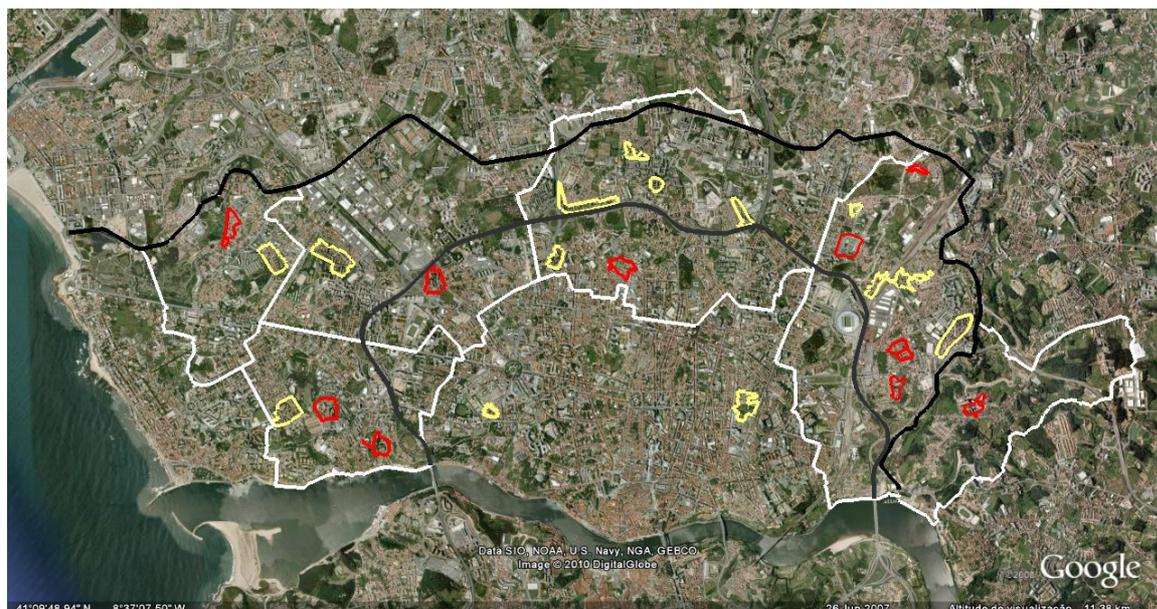
desses bairros (...) que interferiu no previsto no Plano Regulador que por tal teve de ser alterado.”(idem). Para esse fim, a Câmara Municipal do Porto chamou um urbanista francês, Robert Auzelle, tendo desenvolvido um outro plano - o Plano Director da Cidade do Porto, concluído em 1962 e aprovado em 1964. O novo plano “aparece assim dependente das decisões anteriormente tomadas no quadro do Plano de Melhoramentos, funcionando, pelo menos em parte, como retradutor em termos formais de planeamento de acções entretanto empreendidas ou programadas” (Cardoso, 1996). De algum modo, os *grupos de moradias populares* orientaram o Plano Auzelle. Para além do referido, no Plano Auzelle encontram-se, ainda, uma renovada preocupação com a circulação e um enfoque muito especial na terciarização do centro, que se pretendia livre de *ilhas*.

Quer sob um plano, quer sob outro, a contiguidade foi um instrumento para se conseguirem terrenos cujas características obedecessem aos desígnios atrás apontados. As soluções encontradas de contiguidade, ou construindo o novo bairro anexo a anteriores, ou fazendo o novo bairro pertencer a uma área afectada a plano de urbanização a escala mais fina, foram alargadas. À época do arranque para os últimos bairros do plano outra opção surgiu, conjugando a garantia de bons preços, de áreas generosas, de existência (ou previsão dela) de infra-estruturação, de bons acessos mecanizados e de da boa *granulometria social*. Os bairros foram integrados no interior de quarteirões amplos, mais ou menos consolidados, resultantes de cruzamentos de vias de características essencialmente rurais, ou fruto de operações urbanísticas locais ou avulsas, sem perfil de intervenção urbana planeada. De facto, Francos é implantado em terreno sobrando de operações urbanísticas e já se referia que “A vizinhança das zonas residenciais, existentes ou em desenvolvimento, de variado nível social e económico, permite desejável doseamento da população final na unidade urbanística a construir com a integração do agrupamento cujo projecto se apresenta.” (DMESG – 2833, 1964).

A distribuição dos bairros no território da cidade, em ambos os planos, fez-se essencialmente pelas freguesias destinadas à implantação de *zonas* industriais. Foi a oriente que se localizaram a maioria dos bairros, bem como nas proximidades da *zona* industrial de Ramalde. Por que apesar de se proclamar a boa *granulometria social* no quadro dos *zonings* propostos, realmente, associava-se a habitação para o operariado à indústria e privilegiava-se o ocidente para a habitação dirigida a mercados financeiramente robustos (Gross, 1982).

O território a oriente tem uma topografia mais difícil de onde se destacam os vales de pendente acentuada dos rios Torto e Tinto. E, a linha de caminho-de-ferro, porta de acesso privilegiada para as comunicações que predisuseram a freguesia de Campanhã para a implantação da indústria, actuou também como fronteira. Por outro lado, José Manuel Pereira de Oliveira refere que “é talvez mais importante verificar que dentro do actual perímetro da cidade a carta [de 1892] regista cerca de oitenta e um lugares, concentrando-se mais de metade a E do eixo da actual Avenida de Fernão de Magalhães, ou seja, em cerca de 1/4 do total da superfície, denotando o desequilíbrio que então existia na repartição do povoamento.” (Pereira de Oliveira, 2007). Estas características definiam um espaço pouco apto à intervenção sem os custos económicos das rupturas nas morfologias.

Pelo contrário, “A ocidente, sobretudo, a ampliação dos pequenos lugares era muito menos densa e, tanto quanto é possível avaliar pela análise e estudo dos planos disponíveis, no xadrez parcelar, a área média dos prédios era maior.” (idem). Neste território de topografia mais favorável só havia o incómodo da nortada, mas que, desde pelo menos os anos 30, se previu evitar com a construção de um parque urbano junto ao mar e a Matosinhos. Concomitantemente, a valorização da paisagem seria um novo dado, assim se estabelecendo o perfil do território ocidental para a *habitação rica* (Garrett, 1974). Neste quadro, se contextualizam “tendências mais ou menos forte do passado – importância industrial de Matosinhos e Gaia, turismo de praia no litoral, qualidade habitacional da Foz, etc..” (Cardoso, 1990).



Encarando estes agrupamentos como “células” (Lynch, 2010), o Plano Regulador previa a integração destas em outras (Rezende, 1952) – as *unidades*. Atribuiu-se à rede de circulações o papel de estabelecer as relações com as outras *células*, quer à rede redesenhada, quer à nova rede imposta sobre o território rural.

A imagem sugerida poderá ser mais clara no caso dos bairros da Pasteleira, Fonte da Moura⁹ (DMESG - 2805, 1960) e do Cerco do Porto, da primeira fase. Estes aparecem como peça envolvida na urbanização de *zonas alvo* de plano próprio. Situam-se em grandes terrenos livres. Uma rua principal estabelece o perímetro do bairro, a partir da qual se comunica com o espaço interior do bairro por algumas entradas *cul-de-sac*. Outros bairros integraram quarteirões completando-os, mas com faces para as ruas já existentes no perímetro, como nos casos da Agra do Amial e de Fernão de Magalhães. Já nos bairros do Bom Sucesso, Carvalhido e do Carriçal verifica-se a mesma situação, mas o bairro existe em porções de dois ou mais quarteirões contíguos. Existindo somente no interior do quarteirão, o bairro Pio XII é acedido por uma entrada *cul-de-sac*. Em terrenos anexos à projectada Via de Cintura Interna, no cruzamento com outra via principal situam-se os bairros do Regado e do Outeiro. Há ainda o caso dos bairros de S. Roque e de Campinas onde se pode observar uma conjugação dos casos atrás referidos.

Na segunda fase do Plano de Melhoramentos, distinguem-se duas estratégias de implantação. O bairro S. João de Deus entende-se à parte, por poder ser encarado como uma ampliação do bairro preexistente. Assim, os bairros de Francos, Aldoar e Lordelo, cujos projectos se iniciaram ainda na vigência do Decreto-lei 40616, de 28 de Maio de 1956, são implantados

⁹ “A excessiva concentração demográfica na parte central da cidade, evidenciada em face dos últimos inquéritos, levou a Câmara Municipal do Porto a considerar no seu plano geral de urbanização zonas de expansão, actualmente pouco povoadas, que poderão receber os excedentes de tal população quando desalojada por motivos de melhoramentos ou de salubridade. (...) Uma das malhas será ocupada com o agrupamento de moradias populares a que se refere o projecto agora apresentado.”

segundo a mesma lógica dos bairros da primeira fase com contexto semelhante: Francos foi implantado num terreno sobranceiro de abertura de vias; os outros dois bairros vão integrar-se nos planos de urbanização de Aldoar e da Pasteleira, respectivamente. A segunda estratégia de implantação é aplicada nos restantes bairros. Apontava como terreno de assentamento dos bairros os interiores de grandes quarteirões ou, em alguns casos, nas traseiras de ruas, em grandes áreas de terreno livre. Este último foi o caso do bairro do Lagarteiro, que confrontava a Norte com o projectado Grande Cemitério Oriental a fechar o quarteirão.

Quer seguindo a primeira lógica de implantação, quer a segunda, uma via ou rua principal à escala urbana, desenhada por *plano local de urbanização* ou existente, circundava o bairro. Dentro do perímetro do bairro ou do quarteirão, estabeleceram uma outra via secundária a fazer a distribuição pelo seu interior (DMESG – 2409, 1965)¹⁰. Esta via definia, geralmente, um anel concêntrico ao perímetro principal e evitava os *cul-de-sacs* de distribuição. No entanto, no Aleixo o acesso ao interior do terreno ramificava-se em três *cul-de-sacs*, apesar de apontarem três futuras ligações ao perímetro, hoje efectivas no entroncamento de outras tantas ruas. Sobre a relação da via concêntrica interior com a via principal de perímetro observam-se de duas opções: para o Monte da Bela, Bom Pastor e Aleixo o acesso era único, para os outros bairros definem claramente entrada e saída.

À rede de circulações competia a função de aproximar os bairros do centro. Tomando como exemplo, o bairro de Francos que foi implantado no terreno sobranceiro e relativamente nivelado, entre a linha da Póvoa, Via Marechal Carmona de acesso a Leixões e a projectada Via de Cintura Interna, verifica-se que se justificou a sua localização na cidade pela proximidade a grandes vias de acesso. Inclusive o apeadeiro de Francos estava fronteiro ao bairro. Mas, a ideia de assegurar bons acessos passava muito por argumentações garante de que um *grupo de moradias populares* ficaria, por exemplo, “tangencial a uma importante via de comunicação projectada no sentido transversal da cidade (...) Aliás esta tem sido uma das condicionantes que tem presidido à orientação seguida na orientação destes aglomerados.” (DMESG – 2409, 1965). De facto, os bons acessos referidos implicavam transportes mecanizados – o bairro estava isolado na perspectiva do pedestre.

4. A morfologia dos bairros A prática laboratorial que se desenvolveu nos serviços da Câmara Municipal do Porto no campo da habitação social, desde 1901, teve continuação mesmo depois da estabilização no Plano de Melhoramentos. De facto, o estudo das suas duas fases do plano revela uma postura crítica de vanguarda na selecção, adaptação e consequente experimentação construída de modelos. A informação das datas de projecto e de execução dos bairros denuncia que os primeiros bairros de uma época começaram, pelo menos os projectos, ainda dentro da vigência da época experimental anterior. No fundo, houve aproveitamento de experiências, rentabilizando o conhecimento adquirido. O Plano de Melhoramentos só arrancou a 1 de Janeiro de 1957 mas o primeiro bairro, no Bom Sucesso, arrancou em Novembro de 1956. No projecto do bairro de Pio XII, desse mesmo ano, há referências claras aos bairros anteriores ao plano (DMESG – 2311, 1958)¹¹. Na 2.ª fase, os bairros de Francos, S. João de Deus iniciaram-se em 1964. E, os projectos de Aldoar e Lordelo são também estes anteriores ao Decreto-lei 47443, de 31 Dezembro 1966.

Um dos resultados mais relevantes da prática experimental foi contiguidade de modelos morfológicos de bairro, definida nas 1.ª e 2.ª fases do bairro da Rainha D. Leonor, de 1949 a

10 “começamos por respeitar a hierarquia do sistema viário da zona, estabelecendo o acesso ao aglomerado pelas vias secundárias, não havendo qualquer interferência que fosse comprometer as funções de via de trânsito rápido”.

11 “Esclarece-se que os acabamentos e, na generalidade, todos os pormenores são os do tipo do empregados no Bairro de S. João de Deus”

1955. Provou-se a economia de recursos infra-estruturais, conseguiu-se a *granulometria social* equilibrada e marcou-se a origem de uma forma urbana gerada pela contiguidade de implantações dos bairros dos *grupos de moradias populares* com as *casas económicas*, com forte presença ao nível da escala territorial local.

Neste quadro de prática e de experimentação/avaliação continuada, propõe-se apresentar um estudo sobre a tipologia e a morfologia dos bairros da segunda fase do Plano de Melhoramentos, permitindo esse a evocação da tipologia e da morfologia dos primeiros bairros.

4.1. O tipo e a forma

O problema do tipo para a habitação do operariado encontra contexto na própria industrialização. A necessidade de economia e rapidez sentidas no Porto existiam na Europa pelo menos desde os trabalhos do engenheiro Émile Müller, em meados do século XIX, sobre tecnologia de construção e definição de tipos. A procura de um tipo, que fosse adequado às circunstâncias, foi fulcral para a consecução de um projecto como o Plano de Melhoramentos. Essa passava em grande parte por questões de eficiência do projecto e de eficiência e economia da construção. Na “Tese apresentada ao 2.º Congresso de Engenharia”, intitulada “A Urbanização e a Construção Económica”, de 1948¹², Antão de Almeida Garrett debruçava-se sobre o problema de como tornar acessíveis as moradias populares. Identificou dois aspectos a alterar: por um lado, a necessidade de se constituírem reservas municipais de terrenos, contrariando a especulação reinante; por outro lado, referiu a importância da organização do projecto e da obra, apelando à procura da pré-fabricação e à necessidade de se formar projectistas, construtores e operários.

O tipo, a casa reproduzível e com fins sociais do Movimento Moderno foi “(...) pensada em termos simultaneamente éticos e científicos, a casa racionalista deveria tender para um arquétipo, de acordo com a previsão da abolição das classes sociais, (...), das possibilidades ilimitadas da estandardização” através “de um funcionalismo rigoroso” e sendo conseguida “pela eliminação de determinados planos de análise (...) a favor de uma simplificação” (Portas, 2004). Referia-se o autor ao plano social. A perspectiva do problema social, a partir do profundo conhecimento das populações, seria ponto dominante da última parte da 2.ª fase do Plano de Melhoramentos. Estas premissas foram a base dos modelos tipo-morfológicos criados no Porto durante o período em estudo.

A tipologia de fogo consolidada nas casas da primeira fase do bairro da Rainha D. Leonor, reflectia um trabalho evolutivo a partir da influência do RSEU, de 1903, e da influência europeia trazida pelos técnicos municipais: especialmente das *Cités Ouvriers*, de *Karl Marx-Hof* e dos *HLM*. O baixo rendimento dos moradores das *ilhas* condicionou o percurso do desenvolvimento do tipo, em contraste com os modelos das *casas económicas*. Apontava-se para o fogo de habitação multifamiliar, onde se procedia à anulação, ou redução ao mínimo, dos espaços de transição dentro do fogo. O módulo consolidado serviu para dar forma blocos desse mesmo bairro, em 1956. Com estes blocos a Câmara Municipal do Porto concluiu o processo que permitiu o Plano de Melhoramentos, em forma física.

Os quatro primeiros bairros da segunda fase do Plano de Melhoramentos mantiveram, no geral, uma continuidade de tipologias e morfologias, incorporando o percurso de flexibilização de modelos com a experimentação de algumas alterações nos três blocos-modelo, de 1956. Os blocos tinham a forma paralelepípedica, com três a cinco pisos e sem acessos mecânicos: o tipo A - Nascente-Poente –, distribuindo por galerias e com as casas do r/c com acesso directo ao

¹² Apresentará outros estudos dos quais se destacam os de 1950 e 1957.

exterior; o tipo B - Norte-Sul – distribuindo verticalmente a duas habitações por piso; e o tipo C distribuindo verticalmente a três habitações por piso, mas alterando a forma paralelepípedica¹³.

Dos quatro bairros referidos, S. João de Deus é, na verdade, uma ampliação a Sul do bairro implantado durante primeira fase. Os dois primeiros blocos foram construídos em “Local próximo do núcleo de barracos a desaparecer não sendo por isso de recear transtornos de maior nas actividades de quem for deslocado para aqui.” (DMESG – 2321, 1964-1965) – tratava-se de um núcleo próximo do entroncamento da Av. Fernão de Magalhães com a Circunvalação (DMESG – 1540, 1965). Pela primeira vez, se iria albergar pessoas que não estavam a ser deslocadas das *ilhas* (Távora, 1967)¹⁴. Mas, foi precisamente dado o perfil social preconcebido do grupo a alojar que se fizeram alterações: à escala do tipo, tornaram as *moradias* mais fundas e subtraíram algum do equipamento que por norma se disponibilizava; à forma do bloco, foi retirado um piso e foi retirado o característico embasamento granítico, que resolvia pequenos desacertos nas terraplanagens; foram, ainda, modificadas as escadas, para “reduzir o número de pessoas a utilizar os acessos comuns de cada edifício, que, por outro lado, garantem a maior independência a cada habitação, evitando assim a promiscuidade e as servidões capazes de originarem desavenças.” (DMESG – 2321, 1964-1965). De facto, a preocupação em terminar com as galerias e reduzir o número de entradas por piso já vinha sendo desenvolvida dentro do Plano de Melhoramentos. A galeria foi uma conquista pragmática do município face ao poder central, surgida nos blocos do bairro Rainha D. Leonor. Atravessava o bloco em todo o comprimento, tendo nos extremos os acessos verticais. Pelo contrário, as galerias utilizadas no bloco-modelo do Plano de Melhoramentos, com as escadas a meio, tinham nos extremos habitações. Os seus moradores apropriaram-se do espaço final da galeria em frente às suas portas (Portas, 2004).

No que respeita aos restantes três bairros - Francos, Aldoar e Lordelo -, onde é mais claro o padrão morfológico do arranque da segunda fase do Plano de Melhoramentos, continuou-se um trabalho de flexibilização, mais da forma do que do tipo, que já vinha da primeira fase. Na Fonte da Moura, o arquitecto recém-formado, antigo desenhador dos serviços, Rui Paixão tinha apresentado o “edifício 28”. Trata-se de três blocos, variante do modelo Norte-Sul, alinhados pelos topos e na direcção da via, contrariando a estratégia que ditava, até então, como se implantavam os blocos: “Conforme a orientação do terreno, assim foi escolhida a modalidade de edifícios entre as duas já conhecidas soluções este-oeste e norte-sul.” (DMESG – 1220, 1960). Por outro lado, na memória descritiva de Francos o arquitecto assegurava que nestes casos de *linearidade*, “A monotonia, sobretudo a impressão de massa que poderiam apresentar, foi porém contrariada pela divisão de tais edifícios em corpos, descontínuos segundo o plano de fachadas ou ligados ortogonalmente.” (DMESG – 2833, 1964). E, em Lordelo, onde há um “conjunto, com grande desenvolvimento linear, (...) [procurou] animar o seu volume com o dinamismo de forma, tanto no seu alinhamento descontínuo como no jogo de alturas, de modo a neutralizar qualquer efeito de monotonia.” (DMESG – 2409, 1965). Estava a aplicar o conceito da *degradação de volumes*, surgido em projectos por si assinados, a partir do início da década de 1960: como já se escreveu, na Fonte da Moura; com o “edifício 16”, na Pasteleira (DMESG - 549, 1957); com os edifícios de 5 pisos à face da futura Via de Cintura Interna, na ampliação do Regado; e no “edifício L”, na ampliação do Outeiro, que por ter mais um piso se destacava dos que se desenharam, alinhados, a facear a prevista Via de Cintura Interna (DMESG - 1049, 1960).

¹³ Este modelo só foi utilizado uma vez, em S. Roque da Lameira.

¹⁴ “Estão em construção 500 casas com tal finalidade [referia-se às “proximidades de zonas de população mais evoluída e melhor provida de recursos, atingindo-se a desejável mescla demográfica”], algumas das quais já concluídas e ocupadas desde há pouco com 23 famílias de ciganos, no total de 109 pessoas, transferidas das miseráveis barracas que ocupavam.”

As remodelações da forma do bloco-modelo consequentes à *degradação de volumes*, resultaram de novas ensablagens do tipo, normalmente o do modelo Norte-Sul, já que a solução Este-Oeste era apontada como causa de atritos sociais, por causa das galerias. Por outro lado, reforçava-se essa opção, partindo da ideia de que o tipo Norte-Sul tinha “acentuada preferência dos respectivos ocupantes nos bairros já construídos” (DMESG – 2833, 1964). O mencionado “edifício L” foi uma experiência para conseguir quatro entradas por piso, contudo perdendo-se a forma do bloco na horizontal. Em Francos, Aldoar e Lordelo também existiram novas ensablagens, mas mantendo-se a morfologia inicial do bloco. Em Francos aplicaram um modelo de bloco com três entradas por piso, já experimentado no Regado e que em Aldoar teve larga expressão. Em Lordelo, onde há “uma acentuada movimentação ao plano de fachadas” (DMESG – 2409, 1965), criaram dois novos tipos, que “não são mais do que variantes a partir dos tipos já adoptados, com o objectivo de se conseguir um aumento de áreas dos compartimentos (...) nos pontos de articulação do bloco” (idem). Das alterações aos tipos e com reflexo na forma, pode, ainda, destacar-se o aparecimento de varandas privadas, com ou sem área para tratamento de roupa e um ligeiro aumento das áreas, conseguindo-se um esboço da separação entre a cozinha e a sala.

Outra característica morfológica marcante, na segunda fase do Plano de Melhoramentos, foi a formalização de espaços alargados que se destacam do restante espaço público, quer pela forma tendencialmente rectangular, quer pela dimensão. Estes surgem em conjunto com a introdução da via interior ao bairro e com as implantações dos blocos em linha, ou a *linearidade* dos blocos. Rompia-se com a homogeneidade do espaço público do bairro da primeira fase, como espaço sobranete, e tentava-se a modelação do espaço público, definindo hierarquias. Refere-se esta hierarquização a uma postura contrária à ocorrida no espaço público dos bairros das *casas económicas*, onde essa se associava à segregação social do espaço, pela organização dos *tipos* de acordo com o que se definia ser os espaços melhores. De facto, o grande espaço público dos bairros da segunda fase do plano era desenhado de modo a servir toda a sua população. Nas memórias descritivas dos primeiros bairros da fase em estudo, ou a eles não se referem, ou continuam um discurso pouco clarificador da hierarquia procurada em espaço (ibidem)¹⁵. A partir do bairro de Monte da Bela, o primeiro bairro implantado no interior de um quarteirão, o grande espaço público ganhou forma mais coerente. Mas, dado a acentuada irregularidade do terreno do Monte da Bela, só será a partir do bairro do Falcão, um pouco mais a Norte, que se regularizará o grande espaço comum.

Os últimos bairros construídos no âmbito da segunda fase do Plano de Melhoramentos revelam uma maior intencionalidade no estabelecimento de continuidades morfológicas com os contextos preexistentes. A via de distribuição pelo interior do bairro colabora para a estruturação de uma subdivisão do quarteirão em dois ou três mais pequenos. A intervenção colocou os blocos a facear a nova rua e a tentar fechar as traseiras das casas preexistentes.

4.2. O terreno e a forma

Adquirido o terreno, a topografia e orientação deste determinavam a posição do bloco-modelo. Ainda intervieram no processo de escolha do bloco e na concepção do bairro, a quantidade e composição dos agregados a instalar, a densidade habitacional para novas áreas a urbanizar - entre os 300 e os 600 habitantes por hectare, decorrente do despacho do Ministro da Obras Públicas, de 23 de Março de 1956 - e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Independentemente da localização do terreno e da morfologia do contexto, o perímetro da superfície de implantação do bairro não se via reflectido na morfologia do bairro. Durante as intervenções ao abrigo das *casas económicas* ou das *casas para pobres* o perímetro era uma

¹⁵ “O terreno livre que circunda os edifícios, depois de regularizado, terá arranjo condigno; em parte será ajardinado e arborizado e o restante será ensaibrado de modo a constituir logradouro para os folguedos infantis.”

característica marcante – por exemplo, no caso dos bairros das *casas económicas* do Ilhéu, 1935, ou da Azenha, 1939, ou no caso do bairro municipal de *casas para pobres* de Rebordões (GUIA 5/2003 n.º 310, 1941)¹⁶, de 1942.

O bairro de S. João de Deus poderá ser utilizado como exemplar da relação do bairro com um terreno de topografia difícil. Como homólogo da primeira fase do Plano de Melhoramentos, o bairro foi implantado respeitando várias condicionantes do terreno que definiram a morfologia urbana de cada conjunto. Eram constrangimentos: a origem dos terrenos – alguns eram antigas pedreiras ou eram sobras de operações urbanísticas; a constituição física dos terrenos – nem sempre se conseguiam solos com capacidade para as fundações mais económicas; e a forma física dos terrenos – sobretudo os situados a oriente, ou perto do rio Douro, tinham pendentes acentuadas e formas muito irregulares. Face a estes problemas executaram-se terraplanagens que deveriam desenhar patamares para assentamento dos blocos, privilegiando-se a movimentação de terras em oposição à remoção de terras (DMESG – 2396, 1959 e DMESG - 2470, 1956). Na impossibilidade de um terreno plano, óptimo para o assentamento de blocos de geometria rígida, foi estabelecido um embasamento em granito que funcionava como interface entre o bloco e o patamar ou a pendente, quando suave, absorvendo todas as possíveis diferenças de cotas restantes.

Por vezes, o rígido geometrismo de alguns projectos sofria alterações, mais ou menos improvisadas, quando perante o confronto com as condições do terreno. Em alguns bairros da 1.ª fase – Carvalhido (D – CDT / A3 – 496 (1) e (2), 19--), Pio XII (D – CDT / A3 – 516 (1), (2) e (3), 1956), ou S. Roque da Lameira (DMESG - 2096, 1960)¹⁷, por exemplo - as intenções de projecto viram-se alteradas. No bairro S. João de Deus houve um imponderável que mereceu resposta na linha do que se fazia nos bairros da primeira fase. O plano inicial do bairro previa mais 5 blocos, também destinados a populações provenientes de barracos, desta vez do lugar da Granja (DMESG – 1540, 1965), no Porto. Mas, ainda em fase final de projecto, verificou-se que o bairro ficaria por baixo de uma linha de alta tensão. Solucionaram o problema com a eliminação de um bloco e a alteração na posição de outro que se afastou da linha (idem).

Nos bairros seguintes, as intenções de projecto não foram tão afectadas pela topografia. Demonstra-o a coerência formal das realizações, que é clara na leitura das formas, assim como nos relatos em algumas memórias descritivas. O bairro do Bom Pastor foi construído sobre “um talvegue em que a sua parte mais baixa forma uma espécie de patamar praticamente de nível, correspondendo à quasi totalidade da área de implantação do bairro. Apenas dois blocos (n.ºs 5 e 6) se encontram implantados em terreno de pendente bastante acentuada” (DMESG – 2177, 1970) e, para isso, nessa “curva (...) verifica-se uma escavação um pouco elevada, dada a conveniência de cortar uma vertente de terreno que se estende até o alto do Bom Pastor.” (DMESG – 11716, 1967).

Perante imponderáveis da obra a postura do município era mais técnica e informada, revelando aquisição de competências desde as soluções improvisadas tomadas em S. Roque da Lameira ou mesmo em S. João de Deus. Como o terreno bairro do Bom Pastor tinha sido uma antiga pedreira e como existiam caulinos, preferiram recorrer a um plano sistemático de sondagens. Confirmada a constituição argilosa do terreno, coloca-se a necessidade de grande profundidade de fundações até se poder encontrar base firme. Assim, tiveram abandonar a

16 “sugeriu a Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte que no projecto se introduzissem algumas modificações, mediante as quais se poderia adaptá-lo melhor ao terreno. Em virtude desta sugestão foi elaborada a variante”.

17 Os naturais imponderáveis de obra tornaram-se determinantes na redefinição de estratégias simples de reimplantação dos edifícios, por causa da escassez de verbas e das limitações técnicas.

hipótese das fundações directas por sapatas. Estudadas a viabilidade económica e técnica das outras hipóteses de solução “optou-se pelas fundações em estacaria” (DMESG – 3043, 1972).

Com as morfologias *lineares* atrás referidas, de clara expressão nos bairros de Francos, Aldoar e Lordelo, reaparecem as associações à configuração do perímetro do terreno definido pelas vias principais. No caso de Francos, “O desenvolvimento de alguns edifícios resultou da regularidade oferecida pelo terreno, praticamente, sem acidentes, o que permitiu o seu económico aproveitamento sem sacrifício dos espaços livres requeridos por este vasto aglomerado.” (DMESG – 2833, 1964). Mas, em Lordelo, “Dado o acidentado do terreno e as condicionantes às grandes vias de circulação, (...) prevê-se uma terraplanagem geral para adaptação dos níveis do terreno natural aos níveis dos arruamentos existentes, dos arruamentos projectados para as vias principais e às cotas do ensoleiramento dos edifícios.” (DMESG – 2409, 1965). Se no primeiro caso, o terreno favoreceu o desenvolvimento linear, no segundo caso moldou-se o terreno para esse fim. Este exemplo para a intervenção sobre a topografia é demonstrativo de que as intenções de projecto não eram tão condicionadas, nesta segunda fase do Plano de Melhoramentos. Como outro exemplo, poderá ser referido o bairro do Falcão, assente sobre terreno com pendente muito acentuada. Para se resolver com mais clareza o problema de abertura do interior de um quarteirão, dispondo-se os blocos de modo a rematar as traseiras das casas preexistentes, “surgiu uma implantação de edifícios por forma a que estes se adaptem tanto quanto possível ao terreno natural recorrendo-se para isso a cortes transversais frequentes aos quais se faz corresponder desencontros em projecção vertical e horizontal” (DMESG – 2127, 1968). De facto, como se procurou mostrar, as decisões tomadas deveram-se não tanto a uma simples imposição às condicionantes, mas sobretudo a uma flexibilização dos modelos de modo a facilitar as adaptações ao terreno e ao contexto.

4.3. A imagem da forma

A poupança em procedimentos projectuais, em áreas de habitação, em movimentação de terras e no preço dos terrenos, alinha na necessidade de economia para garantir preços finais por fogo ao alcance dos antigos habitantes das *ilhas*, que, em muitos casos, ainda teriam de somar os custos dos transportes. Neste quadro, os materiais e as soluções construtivas tiveram de seguir os mesmos princípios. A imagem dos edifícios resultou das suas formas e das suas combinações no espaço, mas também da sua superfície. A composição dos edifícios e a repetição dos blocos criaram uma imagem inequivocamente identificadora destas morfologias. A escolha dos materiais teve um papel relevante na construção dessa imagem. Foi, sobretudo, na segunda fase do Plano de Melhoramentos que se assistiu a uma marcante alteração na estratégia de selecção de materiais e à influência que estes vieram a ter na composição da própria forma.

A economia de materiais reflectiu-se em inúmeros problemas construtivos e em deficientes condições de conforto dos moradores, patentes em diversos pedidos de obras que o município passou a receber desde que se tornou promotor/senhorio. Na segunda fase do plano incorporaram esse conjunto de críticas e começaram, por exemplo, a fazer paredes exteriores duplas.

Da primeira fase do plano e nos quatro primeiros bairros da segunda fase, registam-se duas opções determinantes na imagem dos blocos: a opção pelo revestimento em reboco, por causa das dificuldades técnicas existentes na construção civil portuguesa, já relatadas (Garrett, 1948); e a utilização do granito, quer na estrutura dos edifícios, quer para a imagem do

embasamento de interface com as pendentes ligeiras do terreno ou dos patamares, resultado de pedido expresso do Sindicato Nacional dos Pedreiros (Câmara Municipal do Porto, 1937)¹⁸.

Com o bairro do Monte da Bela abre-se campo à introdução de novos materiais de revestimento. Na memória descritiva do Lagarteiro faz-se a referência de que “Seguindo a mesma linha de preocupações de outras realizações em eliminar nos exteriores a aplicação de quaisquer rebocos ou pinturas no intuito de reduzir ao máximo as despesas de conservação é proposto para este bairro à semelhança do da Corujeira e Falcão que todos os paramentos exteriores sejam constituídas por paredes duplas de tijolo maciço” (DMESG – 2791, 1968). Utilizavam, ainda, o granito, o betão e a telha do tipo Marselha.

No bairro do Bom Pastor a alteração à imagem foi mais incisiva. Procurou-se aplicar “pela primeira vez” placagem de fibrocimento na fachada dos prédios, “com o intuito de reduzir ao máximo as despesas de conservação” causados pelo reboco pintado. A estereotomia das placas terá contribuído para a definição de uma malha geométrica estruturante da forma dos edifícios e “viria condicionar, de certo modo o estudo da organização das plantas.” (DMESG – 2177, 1970). Depois de contactos com Itália (DMESG – 3043, 1972)¹⁹, substituem o fibrocimento por placas de betão expandido. Mas, em Setembro de 1972, o empreiteiro justificava que “Os atrasos verificados em algumas artes da empreitada de construção, devem-se aos problemas que apareceram ao começãr o assentamento dos painéis pré-fabricados” (DMESG - 2196, 1972), revelando as dificuldades técnicas e o atraso da construção civil disponível.

4.4. O Aleixo e Contumil

A Câmara assegurava que “A composição interior da planta das casas foi concebida tendo em conta os hábitos de vida das populações a realojar” (Câmara Municipal do Porto, 1966). Mas, na verdade, existia o preconceito social, como no anteriormente relatado caso do bairro de S. João de Deus. Existiam as expressões de quantidade, como as que se retiram dos inquéritos que precedem os bairros. Essas definiam quais e quantas tipologias de fogo se devem construir em função do número de constituintes de cada um dos agregados familiares. Existiam, ainda, outros aspectos: como a eliminação das galerias, por serem eventual foco de conflito social; ou como a aplicação de regulamentos de conduta moral aos habitantes dos bairros; e, sobretudo, a própria aplicação da equilibrada dosagem de *granulometria social*. Todos estes factos revelam que no Plano de Melhoramentos a preocupação com o *plano de análise social* passava por questões de quantidade e de ordem.

Os bairros do Aleixo e de Contumil marcaram a viragem nos dois pressupostos atrás referidos. À frente do projecto destes bairros estiveram, desde os finais dos anos sessenta do século passado, os arquitectos Manuel Telles e Alexandre Alves Costa. Estes autores trouxeram a variável social que se verá expressa na morfologia dos bairros, mas conseguiram também alterar a relação dessa com a morfologia urbana da cidade que se expandia. Os arquitectos trabalharam a partir de duas influências centrais: o movimento italiano INA-casa e os trabalhos

18 A 15 de Julho de 1937, a nova direcção da Associação Industrial Portuense apresentava cumprimentos e disposição para cooperar na execução do plano de habitações para pobres. Ainda refere o Presidente da associação que o Sindicato Nacional dos Pedreiros expressava o desejo de que não se abandonasse o granito, pela sua nobreza, tendo também se mostrado disponível para colaborar. A vereação das obras de imediato aplaudiu. A 2 de Dezembro de 1937, o Presidente do município manda que se estude como o “nobre material” pode ser empregue nas casas para pobres de Duque de Saldanha, porque há uma “crise lamentável que atravessa a construção em granito”.

19 Contactos com a cooperativa de habitação italiana “UN TETTO DI MILANO” e com os seus empreendimentos realizadas com estrutura tradicional, mas revestidos com placagem de “Lecca”. E, carta da Repartição de Construção de Casas, de 10 de Janeiro de 1972, justificando o pedido de novos orçamentos, entre outras razões, por que “o aparecimento de betão expansivo no mercado nacional, bem como o interesse em ensaiar novas técnicas de fabrico, levou a uma reformulação” da constituição dos paramentos.

de estudo sobre habitação social que o último autor vinha desenvolvendo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa.

O movimento INA-casa surgiu na reconstrução da Itália do pós-guerra, em 1949, e produziu uma crítica ao Movimento Moderno, sendo que “os projectistas da INA-casa chegaram a um conceito não de casa económica mas de casa popular, ultrapassando o critério exclusivo do custo pelo critério mais profundo do social.” (Portas, 2004). Contrariavam os aspectos funcionais e impositivos do tipo Moderno, com propostas baseadas no conhecimento social específico das populações. Mas também: contrariaram a produção *fordista* dos bairros modernos, com a promoção do emprego nas tradições construtivas; contrariaram a linguagem racionalista, propondo uma abordagem culturalista que considerasse mais a reconstrução do que a construção e situando as intervenções nos centros urbanos. Mais tarde, a partir de finais da década de sessenta, nas experiências italianas, “As ingénuas citações populistas tinham começado a ceder o lugar a novas tentativas de síntese, mais maduras, às quais não eram alheias as descomplexadas referências ao Movimento Moderno” (Bandeirinha, 2007), com bairros como Gallarate, na região de Milão, e Zen, em Palermo.

No LNEC, em 1966 houve lugar à “elaboração de um estudo de racionalização e de sistematização de projectos habitacionais (...) [a partir de] uma experiência de seriação de modelos (...), no âmbito nacional e internacional, com o intuito de produzir uma série tipológica que optimizasse as relações espaciais de utilização.” Em laboratório, fez-se experiência idêntica à que pela lei, em Itália da INA-casa, se fez para a aproximação às necessidades dos habitantes: criaram um espaço habitacional de funções múltiplas – o *lavoro*. Pelo contrário, no LNEC, nos utilizados “métodos de sistematização matemática e computadorizada, são reconhecíveis os sinais de aproximação às premissas analíticas propostas por Christopher Alexander.” (Bandeirinha, 2007). Este trabalho resultou numa publicação de Alexandre Alves Costa.

Pela análise dos documentos relativos ao bairro do Aleixo (DMESG – 2283, 1970) verifica-se a observância dos princípios e influências enunciadas. O bairro destinava-se a pessoas desalojadas para se conseguir o “descongestionamento” do Barredo. Afirmava a Memória Descritiva que no Barredo havia “um sistema de vida de características arreigadamente urbanas, dada a proximidade do Cento da Cidade e o tipo de edifícios que ocupam; por outro lado, grande parte dos seus ocupantes trabalha em profissões ligadas à vida do rio, sendo ainda de referir que muitos se empregam parte do ano no porto de V. N. Gaia e a outra parte no de Leixões.” Revelando a forte preocupação social, escolheram um terreno que tinha área para “todo o equipamento indispensável, em melhores condições que o considerado [do Barredo]”. O terreno também tinha sido escolhido “dada a proximidade do rio, a sua localização não muito afastada daquela zona e a sua situação estratégica em relação aos transportes para Gaia e Leixões”, facilitaria as deslocações. O terreno foi adquirido “em condições aceitáveis de preço, considerando a sua situação geográfica na Cidade”, por ser muito acidentado e ter forte pendente.

Para resolver o problema da topografia optaram por uma nova forma: a torre. Justificavam ser a que “responde a um problema económico de aproveitamento do terreno e implica condições de vida muito próximas das arreigadas nos futuros ocupantes, tendo havido o cuidado de reforçar este aspecto por judiciosa concepção do conjunto das galerias, das caixas de escadas e dos elevadores”. Assim, também expressavam em forma a variável social atrás referida, salientando porém que levaria a “algum sacrifício do custo de obra.” Retomam a galeria segundo uma perspectiva social oposta à vigente, porque consideram-na como espaço de partilha de vivências e não como espaço propiciador e revelador de conflitos. “Cada torre é formada por três volumes distintos os quais têm uma leitura volumétrica bastante marcada. Esta forma de composição das torres permite que as habitações fiquem voltadas para a panorâmica

ao mesmo tempo que têm orientação favoráveis” e que as galerias se voltem ao espaço vazio interior, de desenvolvimento vertical e resultante da composição das torres.

O terreno é vasto e é composto pelas traseiras dos logradouros de casas que faziam caminhos de carácter mais ou menos rural. Ao optarem por uma forma nova – a torre – também estavam, de certo modo, a assumir um contraste, uma ruptura. Assim, não se encontram tentativas de fechar, rematar ou continuar morfologias.

O assentamento de bairro de Contumil (DMESG - 2891, 1971) aconteceu contiguamente ao bairro das *casas económicas* de Costa Cabral e próximo do bairro Pio XII, da primeira fase do Plano de Melhoramentos. Implantado num terreno praticamente plano, de perímetro regular e no interior de um quarteirão, “Parece importante frisar, em relação a este equipamento, a sua integração num plano de conjunto que inclui outros edifícios para habitação que serão de iniciativa privada. (...) para essa integração ser efectivamente sentida volumetricamente, adoptaram-se tipos de edifícios substancialmente diferenciados do que últimamente tem sido as soluções da C.M.P..” Adoptaram as direcções principais das ruas da envolvente e conseguiram fazer com os blocos os remates e continuidades apenas esboçados em bairros como o do Falcão. Tal como lá, implantaram os blocos linearmente e a rematar as traseiras das casas preexistentes, mas asseguram que “Apesar dos compromissos decorrentes do partido urbanístico adoptado, procurou-se assegurar uma boa orientação, o que na maioria dos casos se conseguiu.”

O contexto e as intenções referidas permitiram a hierarquização do espaço público, marcada pela definição de “um espaço interior tipo grande pátio, para onde se voltariam as zonas de maior vida, procurando vitalizá-lo. Este espaço ao ar livre, facilmente observável das habitações, é próprio sobretudo para crianças porque é muito defendido do tráfego automóvel mais intenso.” Depois do Aleixo, voltavam a desenhar espaços comuns de acordo com a nova interpretação da variável social. A composição da forma dos blocos participava na enfatização das intenções para o espaço público, mas evitava-se a segregação social. Num bloco a distribuição para os tipos se fazia por galerias e estas abriam-se ao *grande pátio* “no sentido (...) de vitalização desse espaço”, idealizado para vir a ser “também um local de convívio e encontro entre moradores”. No outro bloco os espaços comuns foram projectados no sentido de promoverem “a sua utilização como zona de estar e de convívio”. Este bloco era anunciado como “solução, com carácter experimental”. Tinha “uma menor frente” e era composto por dois tipos por patamar de piso, compondo “um saguão em que uma das paredes é da caixa de escadas aberta, mas coberta por um lanternim”. Por outro lado, “ao nível do R/chão o edifício é aberto no sentido transversal permitindo o atravessamento” e relacionando-se com o *grande pátio*. Os vários edifícios foram dispostos em banda linear.

Apesar de em fases seguintes do bairro se ter regressado a formas e imagens do passado, na intervenção aqui explorada a própria imagem se destacou do caminho anterior. Em associação com a modelação da forma, regista-se que em alternativa ao “habitual envasamento que o eleva normalmente cerca de 1,30m, optou-se por mais um piso por corresponder, no total e em relação aos edifícios habituais, a uma elevação de apenas meio lanço de escadas.” Além de coberturas com menor inclinação e, por isso, com outro acabamento, mantiveram os revestimentos em betão aparente e em tijolo burro, para menos onerar a manutenção.

5. Conclusões

O Plano de Melhoramentos foi a concretização de uma política de criação de habitação social de iniciativa municipal e específica para o Porto. A especificidade do problema das *ilhas* permitiu que o Porto conseguisse desenvolver anos de estudo e prática de grande qualidade processual. Até a aceitação pelo Estado das morfologias propostas, o município desenvolveu um equilíbrio entre as exigências formais do governo central e as exigências práticas de criar modelos para uma lógia reprodutiva do tipo.

Partindo de modelos funcionalistas na primeira fase do plano, caminhou-se para uma incorporação da crítica aos modelos do Estilo Internacional, traduzida: pela consideração qualitativa do valor social nos projectos, pela aceitação das críticas à qualidade construtiva dos edifícios e pela consideração das morfologias preexistentes, bem como do espaço exterior como matéria moldável. Como resultado geral, o plano introduziu na cidade o conceito de “Empreendimento (...) a característica principal do urbanismo deste período posterior à planta de 1937 e até aos nossos dias” (Pereira de Oliveira, 1973).

No final da 2.^a fase do Plano de Melhoramentos, o vector social ganhou outro relevo. Com o 25 de Abril passou-se a questionar, também, a deslocação das populações e o *direito à cidade*. As iniciativas tiveram outra origem promocional e o processo culminou com o SAAL: “Procurava-se romper este alheamento dos moradores em relação ao processo de decisão que lhes diz respeito(...) [e questionavam-se] projectos tipo estandardizados feitos na administração central ou regional ou até local e que se supõe servirem a todas as comunidades, quaisquer que sejam as características delas.” (Portas, 1986). Era facto, que com a 1.^a fase do Plano de Melhoramentos “atingiram-se os «standards» mais baixos praticados em habitação económica (área de 50m² para um tipo 3/6 pessoas)” (Portas, 1969) e fracas condições de habitabilidade.

À escala da cidade e tendo em conta a indisponibilidade de terrenos no centro, o plano foi um pretexto para se iniciar e se dinamizar a urbanização das freguesias onde se viria a construir a Via de Cintura Interna. No entanto, para evitar conflitualidades sociais, mas mascarado de paternalismos, o Estado apregoava uma justa distribuição pelo território de pessoas dos mais variados rendimentos. No entanto e de facto, nos planos de urbanização, a habitação social era íntima da indústria. Esse *zonamento* conduziu à uma maior presença de bairros sociais nas freguesias destinadas à indústria e conduziu à segregação espacial.

Para a morfologia urbana, “o Plano de Melhoramentos foi, sem dúvida, o mais importante factor de ocupação sistemática deste espaço. A habitação pública e cooperativa que se construiu no Porto já depois do Plano de Melhoramentos continuou a ocupar esse anel.” (Cardoso, 1996). No entanto, apesar de ter influenciado “outros enquadramentos privados e cooperativos (...), marca profundamente a imagem actual da cidade e seus arredores, não só em si mesma, mas talvez sobretudo na sua (des)articulação com a estrutura da rua pre-existente.” (CARDOSO, 1990).

6. Referências bibliográficas e documentais

Bandeirinha, José António Oliveira (2007) *O Processo Serviço de Apoio Ambulatório Local e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade, Coimbra.

Baptista, Luís V. (1999) *Cidade e Habitação Social*. Celta, Oeiras.

Câmara Municipal do Porto (1937) *Boletim Municipal*. Câmara Municipal do Porto, Porto.

Câmara Municipal do Porto (1966) *Plano de Melhoramentos 1956-1966*. Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, Câmara Municipal do Porto, Porto.

Cardoso, Abílio (1990) *De ponte a ponte: o processo de urbanização da área metropolitana do Porto desde os anos cinquenta*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Coordenação da Região do Norte, Porto.

Cardoso, Abílio (1996) *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*. Departamento de Engenharia Civil da F.E.U.P. e Afrontamento, Porto.

Garrett, Antão de Almeida (1948) *A urbanização e a construção económica – Contribuição para o estudo do problema. Tese apresentada ao 2º Congresso Nacional de Engenharia*. Tipografia Invicta, Porto.

Garrett, Antão de Almeida (1950) O problema da habitação económica e das casas para pobres tem de ser revista. *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 10 – separata.

Garrett, Antão de Almeida (1952) Plano Regulador da Cidade do Porto. *Civitas*, vol. VIII, n.º 2 – separata.

Garrett, Antão de Almeida (1957) Achegas para a industrialização da construção civil : contribuição para a construção de casas económicas. *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 10 – separata.

Garrett, Antão de Almeida (1974) *História da evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto*. Faculdade de Engenharia, Secção de Planeamento Urbanístico, Porto.

Gros, Marielle Christine (1982) *O alojamento Social sob o Fascismo*. Afrontamento, Porto.

Lynch, Kevin (2010, 1.ª ed. 1981) *A boa forma da cidade*. Edições 70, Lisboa.

Pereira de Oliveira, José Manuel (2007, 1.ª ed. 1973) *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. Afrontamento, Porto.

Pimenta, J. Corte-Real (1967) Plano Director da Cidade do Porto. *Urbanização*, vol. 2, n.º 2: 83-118.

Portas, Nuno (1969) *Funções e exigências de áreas da habitação*. LNEC, Lisboa.

Portas, Nuno (1986) O processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 635-644.

Portas, Nuno (2004, texto original de 1959) *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*. FAUP publicações, Porto.

Rezende, Miguel (1952) A evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais. *Civitas*, Ano VIII, II Semestre: 221-227.

Santos, A. A. Amendoeira dos (1967) O município do Porto perante o problema dos bairros insalubres denominados «Ilhas». *Comunicação apresentada ao IV Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino dos Municípios*.

Távora, Luís Noronha (1967) A Extinção dos Bairros Insalubres na Cidade do Porto. *Urbanização*, vol. 2, n.º 3: 231-240.

“DMESG...”, “Guia...” e “D – CDT...” são cotas de documentação consultada sobre os bairros, pertença da Divisão Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto.